

# A BNCC E OS DESAFIOS DA ESCOLA

PADILHA, PAULO ROBERTO

## RESUMO

Este artigo apresenta as principais características da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada em 15/12/2017 pelo Conselho Nacional de Educação e os desafios a serem enfrentados pelas escolas públicas e privadas de Educação Infantil e Ensino Fundamental do Brasil, para implementá-la. Discute que se for cumprida como prescrição, deporá contra a autonomia de todos os sujeitos da educação brasileira e negará a Constituição Federal de 1988, que foi chamada de “Constituição Cidadã”. Até por seu caráter meritocrático, individualista, tecnicista, repleto de descritores de competências e habilidades para todas as áreas do conhecimento, este BNCC inclina-se ao interesse do mercado e exigirá, até mesmo, a adequação dos currículos dos cursos de Licenciatura de todo país, a esta norma. A alternativa para as escolas e redes de ensino será partir de uma reorientação curricular participativa e emancipadora e, depois disso, aproveitar o conteúdo da BNCC como uma das referências para o seu novo planejamento curricular, após analisar, compreender e criticar a mesma para não cair nas armadilhas e nos retrocessos que ela propõe ou impõe à educação brasileira.

## PALAVRAS-CHAVE

BNCC. Currículo. Currículo Nacional. Educação emancipadora. Projeto Eco-Político-Pedagógico. Educação Intertranscultural.

## ABSTRACT

This article presents the main features of the Common National Curriculum Base (BNCC) approved on 12/15/2017 by the National Board of Education and the challenges to be faced by public and private elementary schools in Brazil to implement it. He argues that if fulfilled as a prescription, he will testify against the autonomy of all subjects of Brazilian education and will deny the Federal Constitution of 1988, which was called the “Citizen Constitution”. Even because of its meritocratic, individualistic, technical character, full of descriptors of competences and skills for

all areas of knowledge, this BNCC is inclined to the interest of the market and will even require the adequacy of curricula of undergraduate courses from all over the country. , to this standard. The alternative for schools and educational networks will be to start from a participatory and emancipatory curriculum reorientation and, after that, to take advantage of the content of the BNCC as a reference for its new curriculum planning, after analyzing, understanding and criticizing it so as not to fall. the pitfalls and setbacks it proposes or imposes on Brazilian education.

## **KEYWORDS**

BNCC. Curriculum. National Curriculum. Emancipatory Education. Eco-Political-Pedagogical Project. Intertranscultural education.

Como educador, sempre considerei importante a possibilidade da existência de Diretrizes Curriculares que servissem de referência para todo o país, mas que não fossem, jamais, totalitárias, unificadoras, ou que significassem a imposição, via lei, de um currículo nacional e, tampouco, de um currículo mínimo.

Toda orientação curricular deveria respeitar as características históricas, culturais, econômicas, educacionais, ambientais e locais das comunidades alcançadas por ela. Isso garantiria o respeito às diferenças regionais e, ao mesmo tempo, a existência de uma certa unidade e/ou conexão curricular, permitindo a escolarização de crianças, jovens, adultos e idosos, o direito de ir, vir e viver em qualquer estado da federação, sem prejuízos aos seus estudos

Agora temos uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada num contexto político pós-golpista, apoiadas pelas forças conservadoras, de direita e as mais reacionárias do país, sem que tenha havido em torno dela, efetivo consenso, e desprezando-se a consulta pública a mais de 12 milhões de educadores e educadoras, na primeira versão do documento.

Cabe-nos tentar compreender o que se passou, o que temos diante de nós e organizarmos as nossas forças no sentido de minimizar os prejuízos diante da atual BNCC que, claramente, apontam para sérios retrocessos da educação brasileira, se considerarmos os avanços observados, principalmente, nos 30 anos da Constituição Federal de 1988 que, não só na educação, mas em todas as áreas, vem neste mesmo contexto, sendo esquartejada, desfigurada.

## **PODEMOS DIZER QUE TENTAMOS?**

Quando a nossa educação foi pensada, realmente, com e para o novo povo? Em nossa história não faltaram esforços contra o que estamos vendo agora acontecer. Um exemplo conhecido vem do Manifesto dos Pioneiros a Educação Nova de 1932, produzido por 26 educadores da então elite intelectual do país, durante o Governo Getúlio Vargas, mas que, mesmo com suas diferenças ideológicas internas, buscavam uma sociedade mais justa, via educação e, por isso, uma escola única, pública, laica, obrigatória, gratuita e integral, diferente do que acontecia até então, por conta da primazia da igreja na educação das crianças e jovens e da existência de uma educação tradicional e altamente conservadora, principalmente a escola pública, já que a elite, como sempre aconteceu, e continua acontecendo hoje com a “Elite do atraso” (Jessé de Souza), reservava para si outras formas de educar seus filhos – inclusive, estudando fora do país.

De lá para cá, nos diferentes Planos Nacionais de Educação elaborados no Brasil, eles nunca foram efetivamente concretizados, até porque os planos poucas vezes buscaram e criaram as condições para a efetiva participação popular na sua elaboração. Tampouco foram destinados recursos suficientes para a educação, que pudessem dar conta das demandas educacionais existentes. A educação popular e a educação para todos e todas nunca foi prioridade em nosso país, salvo exceções localizadas em alguns governos municipais, de caráter mais democrático e popular, sobretudo em nossa história mais recente. Ou então no contexto de programas

especiais de algumas gestões governamentais e, mesmo assim, pouco contando com educadores(as) e educandos, na hora de se decidir as prioridades. Interessante observar: quando houve consulta popular, às vezes por vários anos, na calada da noite os legisladores, “impulsionados” pelo poder executivos de então, acabaram aprovando leis (como foi o caso da própria LDB 9394/96), com mais ranços do que avanços, desprezando debates e discussões de vários anos. Nesse sentido, vale ler o livro intitulado LDB 9394/96 – Ranços e Avanços, do professor Pedro Demo (Papirus, 23a ed., 1997).

Compreendemos que diretrizes ou parâmetros curriculares nacionais são apenas referências para a educação, e aprendemos com elas, até as valorizamos. Tivemos nos últimos 30 anos, após a Constituição Federal Brasileira de 1988, algumas tentativas de estabelecer Planos Nacionais e Diretrizes e Parâmetros Curriculares que apresentavam ênfases na educação de qualidade – sem contudo, explicitarem de que qualidade estavam falando – exceção feita à experiência do PNE 2014-2024 que, inclusive, estabeleceu o Custo Aluno- Qualidade Inicial (CAQi) e o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) – vide: <http://www.custoalunoqualidade.org.br/o-que-e-caqi-e-o-caq>.

Entretanto, chegamos, após os anos 90, a falar em “educação de qualidade social”, ao tratar de currículo – o que já significou novidade satisfatória quando associávamos à palavra qualidade, o adjetivo “social”. Para mim nunca bastou este adjetivo. Sempre defendi e ainda defendo a “qualidade sociocultural e socioambiental da educação” – o que explico, em parte, no meu livro “Educar em Todos os cantos” (2007; 2012). Ver: PADILHA, Paulo Roberto. Educar em Todos os Cantos: por uma educação intertranscultural. São Paulo, Cortez, 2007; Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2012).

A BNCC tem de positivo o fato de ter estimulado o debate inicial em torno da questão curricular, mas tem contra si o fato de ter abandonado o mesmo por conta da urgência de se ter um documento aprovado, no contexto do fim de um governo centralizador, conservador, pessimamente avaliado, considerado golpista por mais da metade da população do país, e por ter abandonado grande parte das discussões realizadas sobre a BNCC e as consultas feitas para que ela fosse, de fato, representativa de um debate nacional. Durante sua fase “final” de elaboração – consultas fechadas, virtuais, sem maiores possibilidades de diálogos, foram realizadas, mas pouco contribuíram, após o que a Base virou norma, que agora deve ser cumprida, além de, certamente, passar a ser referência para a liberação de recursos para as escolas de todo o país, dependendo do cumprimento, ou não, do que a BNCC estabelece. Historicamente foi assim e, agora, sobretudo no contexto de um novo governo retrógrado, totalitário e ultraconservador, não será diferente.

## **JUSTAMENTE POR ISSO, A HORA É DE ENTENDER PARA CRITICAR**

Se a BNCC é norma, não podemos, contudo, de deixar de analisar, criticar e buscar aprofundamentos sérios para que possamos contribuir com a qualidade

sociocultural e socioambiental que buscamos, em conexão às escolas do país.

Em sua própria estratégia de implantação – e ainda bem – há certa “flexibilidade” para ajustes locais da Base – outra característica positiva da BNCC, que se deve aproveitar. Mas devo reiterar que a Base foi, na verdade, feita e concluída sem a devida participação e consulta à base: uma Base sem consulta à base.

Como afirmam Cury, Reis e Zanardi (2018, pg. 15), grande parcela da comunidade acadêmica nacional, revistas científicas, universidades, Associação Brasileira de Currículo (AbdC), Associação Nacional da Pós-Graduação (Anped), entre tantas outras, não foram escutados pelo CNE nem pelo MEC. Estes autores observaram

*“como principais limites as evasivas quanto à formação de professores, a pouca clareza quanto aos recursos para o financiamento e a efetivação de uma base nacional democrática, federativa e diferenciada. Observamos ainda a pouca participação de crianças e jovens nas definições da BNCC, a dissimulação de um processo de elaboração da BNCC falsamente democrático quando, na realidade, foi parcial, não acolhendo as críticas e os debates que ocorreram em paralelo a sua elaboração” (pg. 15).*

Outro aspecto importante a destacar, são as “dez competências gerais” – páginas 9 e 10 da BNCC, com as quais há, se não total, grande concordância com as mesmas – exceto o fato de que considero mais adequado falarmos em “princípios e valores” – ou então em eixos, do que em “competências” – palavra com múltiplos sentidos, mas que, fica-me sempre a sensação de “capacidade, competição, habilidade” – por mais que outros sentidos possamos se associar esta palavra. Vejamos, então, estas “dez competências da educação básica”, que aqui apresento. Vejamos as dez competências gerais:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação

de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Difícil não haver consenso em relação a estas “dez competências”, mesmo que a própria LDB 9394/96, o Plano Nacional de Educação 2014-2024 e as Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais que a antecederam, não falem de competências (visão tecnicista – utilizada nos anos 70, da Ditadura Militar), mas em “direitos e objetivos de aprendizagem – terminologias e práticas muito mais adequadas numa concepção de educação democrática, humanizada e transformadora. Na verdade, pelas características da BNCC, o que chamam de direitos de aprendizagem mais parecem “obrigações de aprendizagem”, pois professores são obrigados a ensinar e alunos são obrigados a aprender.

O que define a **qualidade de ensino na BNCC** será o aproveitamento nas avaliações gerais e nacionais – patronizadas, unificadoras, a partir de uma concepção conteudista (via habilidades) meritocrática (via avaliação padronizada), com pouca autonomia para o professor (por serem tão analíticas as propostas de conteúdo e avaliação) e que, por isso mesmo, negam o caráter democrático, participativo, inclusivo e justo que aparece nas dez competências acima. Certamente, todas as escolas estão preocupadas sobre como e o que fazer para se adequar à BNCC. É o tema do momento, sem dúvida. Mas devemos ter calma e refletir sobre o que temos, o que já fazemos, e o que queremos fazer na nossa escola e na nossa educação, para também nos fortalecermos esse processo, agora submetidos à normatização da BNCC, que tem por característica partir de uma concepção seriada, que nega

os próprios avanços da LDB – por exemplo, no que ela flexibiliza em relação aos ciclos de aprendizagem e não apenas à seriação.

## DESDE 2012 UMA BASE CONFUSA E SEM BASE

Apesar das idas e vindas, das críticas e dos consensos não obtidos, em 15 de dezembro de 2017, o Conselho Nacional de Educação, num contexto político absolutamente adverso à democracia, aprova um documento incompleto, cheio de problemas, que desconsidera avanços históricos da educação brasileira como questões de gênero, diversidade, religiosidade, deixa de fora a educação de jovens, adultos e idosos, favorece a mercantilização da educação brasileira ao construir uma base curricular que engessa o currículo das escolas porque é altamente prescritiva em seus objetivos e conexão com as avaliações nacionais.

Mesmo assim, vale destacar as palavras de Cesar Callegari, então Presidente da Comissão Bicameral do CNE encarregada da Base Nacional Comum Curricular, quando este, em 2018, abertamente, renunciou continuar a participar da mesma por discordar frontalmente da Proposta Curricular do Ensino Médio, imposta pelo MEC, que afinal, viria para separar dez vezes o Ensino Médio da Educação Básica, contrariando a Constituição Federal de 1988.

Escreveu ele (pg. 14):

*Em que pesem todas as circunstâncias, tensões e conflitos políticos, econômicos e sociais que vêm marcando a atual quadra da história brasileira, pode ser considerada uma grande proeza que o CNE tenha conseguido conduzir, de forma **democrática e produtiva**, a tarefa de elaboração da norma instituidora da BNCC relativa ao Ensino Fundamental e à Educação Infantil. **(grifos meus)**. Atravessamos mares revoltos, seja no ambiente interno, seja no relacionamento com o MEC, seja ainda nas nossas relações com diferentes grupos e segmentos da sociedade. Soubemos organizar e realizar audiências públicas com a mais ampla liberdade de manifestação, assim como participamos de reuniões de trabalho em todas as regiões do Brasil. Com espírito público resolvemos desavenças entre nós, interagimos com inúmeras entidades, grupos e pessoas interessadas no tema e analisamos centenas de documentos do mais variado teor. Fomos atacados e fomos apoiados. Fomos alvo de críticas, mas também destinatários de numerosas e valiosas contribuições. E, ao final, logramos êxito. Por maioria de votos e também pela qualidade da participação daquelas conselheiras que, por votos e ideias, se opuseram à aprovação da BNCC defendendo outras visões, o CNE aprovou o Parecer CNE/CP no 15/2017 e a Resolução CNE/CP no 2/2017. Pela primeira vez na história, o Brasil passa a contar com uma Base Nacional definidora dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, jovens e adultos, a BNCC. (...) **Incompleta e certamente imperfeita, é verdade. Uma norma que sempre estará sujeita a aperfeiçoamentos e complementações.** Um referencial que os educadores brasileiros, seus alunos*

*e suas famílias haverão de analisar, interpretar, discutir e sobre ele criar. Uma obra necessariamente inacabada porque sempre sujeita a modificações. Cberá ao CNE responder em produção normativa complementar a todas as questões que venham a ser levantadas quando a BNCC começar a chegar no “chão da escola”. E, mais importante: cabe ao CNE zelar pelo respeito à norma, fazendo com que sejam observados os dispositivos que asseguram a autonomia das escolas, redes e sistemas de ensino na elaboração e implementação de seus currículos e projetos pedagógicos. Como bem definimos, BNCC não é currículo. O CNE deve ser vigilante contra tentativas de reduzi-la à condição de currículo único e currículo mínimo como lamentavelmente parece já estar acontecendo. (Callegari, Cesar, In: **BNCC: educação infantil e ensino fundamental** / organização Ivan Cláudio Pereira Siqueira. São Paulo: Fundação Santillana, 2019.).*

Impressionantes as contradições do conselheiro, que afirma ter sido o processo democrático e participativo, mesmo tendo deixado de lado 12 milhões de contribuições para a primeira versão do documento e de ter sido altamente criticada a metodologia de consulta sobre a terceira versão do documento que, afinal, foi aprovado sem as necessárias alterações. Pior ainda, é dizer que caberá ao CNE zelar pelo respeito à norma para que haja autonomia das escolas, escolas estas que não contam sequer com a estrutura básica, sobretudo pedagógica, para se ajustarem às minúcias das exigências da normatização importa ao país. E num momento o próprio CNE já estava desconfigurado ante as forças reacionárias que tomaram o poder. Como atribuir esta responsabilidade a um Conselho, neste contexto político? Só pode mesmo ser uma argumentação inócua e vazia, para validar a posição de quem, por 2 anos, esteve à frente de elaborar uma BNCC com tão pouca e efetiva participação popular. Democracia de fachada que, inclusive, limita e fragiliza a democracia das próprias escolas, quando atribui de cima para baixo a operacionalização da BNCC no interior das escolas.

Não há dúvidas: a BNCC desconsidera os saberes e as experiências dos professores, das professoras, e desrespeita sua capacidade crítica e criativa, ao prever analítica e prescritivamente para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental, aos conhecimentos essenciais, as competências e habilidades esperadas ao longo de toda a escolaridade básica. É um conjunto inteiro de objetivos que deverão ser copiados, colados e aplicados pela escola, no que estão chamando de nova proposta curricular da escola. Nesse sentido, ao contrário das palavras ilusórias do citado conselheiro, configura-se mais do que um currículo formal, descontextualizado, mínimo, imposto para todo o território nacional, o que jamais deveria se configurar uma BNCC.

Não se trata de pessimismo. Trata-se de reconhecermos a realidade: temos uma história de lutas, no país, por uma educação nacional com qualidade sociocultural e socioambiental, democrática, participativa, conectada ao que de mais contemporâneo existe na educação mundial. E, por conta de um governo neoliberal, conservador, num contexto de estado de exceção, em 2017 é aprovada uma BNCC que cria as



condições para que, em 2018, um novo governo neoliberal, agora totalitário e profascista, que se permitirá destruir os avanços da educação nacional, propondo esta visão reducionista de currículo, ao propor e a fragmentação e o retrocesso da educação nacional, via BNCC.

## **CURRÍCULO ESCOLAR, CURRÍCULO DA ESCOLA E A BNCC: POR UMA REORIENTAÇÃO CURRICULAR EMANCIPADORA**

Estamos aqui preocupados com a relação entre o currículo escolar, com o currículo da escola e sua relação com a BNCC. Mais do que isso: estamos absolutamente preocupados com os impactos para a educação de nossas crianças e jovens, dessa Base que não nasceu com as bases, dessa imposição curricular, traduzida num conjunto de competências e habilidades que, se efetivada como está, trará prejuízos imensos à formação cidadã, humanizada, sensível, crítica, política e transformadora às nossas atuais e futuras gerações. É disso que estamos falando, prioritariamente.

É uma questão complexa pois, ao mesmo tempo que a BNCC é norma, é lei, por outro lado resulta de um processo que afirma uma concepção de educação e de currículo ultraconservadores, tecnicistas, que acabem colocando sob sério risco a luta de tantos anos por uma emancipadora, Educação Cidadã, e, inclusive, por uma Escola Pública Popular, com a qual vimos sonhando. Por isso mesmo, é que quando pensamos “**por onde começar**”, devemos enfrentar o desafio de frente, acreditando nas experiências dos professores, das professoras, dos(as) estudantes e das comunidades escolares, das nossas comunidades tradicionais que, historicamente, têm resistido como podem às imposições de políticas públicas educacionais que são contrárias aos interesses públicos e às propostas, padrões, referências, parâmetros e sugestões de bases curriculares que negam os interesses da “base”.

Nesse sentido, vejamos primeiro as **nossas possibilidades** e, depois, como podemos lidar com os **cuidados diante dos desafios e dos riscos de retrocessos**. Claro, algumas sugestões e orientações possíveis, que exigirão aprofundamentos no contexto de nossos futuros diálogos e práticas escolares.

Em primeiro lugar, devemos entender que o **currículo escolar** (o instituído) e o currículo da escola (o instituinte, que está sendo vivenciado), não começam nem terminam pela discussão do tema currículo, nem da própria BNCC. Digo isto porque o currículo deve ser o processo e o resultado de um percurso, que começa num ponto de partida bem específico. Explico melhor: **nosso ponto de partida para discutir o currículo**, para além de todo o aparato legal ou regimental da educação brasileira – e até mesmo por não poder negá-lo, pois é lei, **são as pessoas, as relações que elas estabelecem entre si e com o mundo**, diante do desafio de organizar o projeto eco-político-pedagógico da escola, sua proposta pedagógica, seus planos de ação e, portanto, considerando um movimento participativo e dialógico de planejamento escolar.

Será esta relação inicial que estabelecerá a necessidade e o sentido verdadeiro

da gestão democrática da unidade educacional, gestão esta, que pressupõe a autonomia da escola, mas que também é negada, na prática, pela análise das “competências” e das “habilidades” da BNCC – pois lá, o que avaliará as aprendizagens dos(as) alunos(a) no final das contas, será o resultado de avaliações externas, hierarquizantes, avaliação nacional, única, sem respeito às diferenças e à autonomia das escolas, como já mencionei.

A gestão democrática não consta do “currículo” da BNCC. Mas precisa constar. Ou seja, independentemente da BNCC, a escola, que deseja um currículo realmente inclusivo não prescindirá de ações voltadas à discussão do conceito e da prática da gestão democrática, do exercício da cidadania desde a infância, do fortalecimento de cada segmento escolar, dos colegiados escolares e das decisões participativas em torno do projeto e do currículo da escola.

Temos acumulado experiências que denominamos “Reorientação Curricular nas escolas – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens, Adultos e Idosos, na perspectiva da Escola ou da Educação Cidadã. O início do processo acontece, como já disse antes, pelo diálogo entre as pessoas e destas com o mundo, com a leitura do mundo organizada democraticamente em eixos educacionais, a partir de princípios de convivência, de valores e referenciais prático-teóricos de aprendizagem ativa e significativa, no contexto de “Círculos de Cultura”, Por isso, trabalhamos com os seguintes princípios, valores e experiências (vide meu livro Currículo Intertranscultural – São Paulo, Cortez/IPF, 2004 – PDF disponível no meu site <https://www.professorpadilha.com>

I – **Relações Humanas e de aprendizagem** – valorizando as relações interpessoais e intertransculturais entre as pessoas, entendendo por intertransculturalidade a criação de espaços de diálogos que mobilizam a emoção, a razão, a sensibilidade, a afetividade, as artes e as ciências para que, juntos, se conheçam sujeitos históricos, culturais e que, portanto, reconhecem, valorizam e convivem respeitosa e com as suas diferentes diferenças e múltiplas semelhanças. Dá-se o conhecimento da realidade, do real, das culturas, lendo o mundo e interpretando o mundo coletivamente.

II – **Gestão democrática e parcerias comunitárias e sociais** – Envolve a gestão sociocultural e socioambiental da unidade escolar, em diálogo com a comunidade local, fortalecendo a gestão democrática, combinando experiências de participação comunitária na gestão dos interesses e do patrimônio público, com ênfase às aprendizagens participativas de todos os segmentos escolares. E tais aprendizagens são partes constitutivas fundamentais do currículo, o que não acontece numa gestão autocrática, conservadora e puramente legalista.

III – **Gestão sociocultural das aprendizagens** – Representa a ressignificação das aprendizagens na escola e a filtragem das informações para que estas possam se transformar em processos de (re)construção do conhecimento a partir da escola e da comunidade escolar. Trata-se do aprofundamento das questões demandadas pelas escolas, para além das convencionalidades e dos limites até agora estabelecidos (por exemplo, pelo conteudismo, pelas habilidades ou competências), seja no que se refere às relações humanas, seja no que se refere às diferentes multidimensionais

manifestações do conhecimento, do saber e dos aprenderes do ser humano.

**IV – Avaliação dialógica continuada e formação humana** – para além de avaliações externas globalizantes e hierarquizantes; refere-se à avaliação permanente, processual, continuada, institucional, geral e específica. E combinada à necessária formação continuada dos(as) professores(as).

**V – Projeto eco-político-pedagógico da escola** – trata-se da educação enquanto princípios diretrizes e propostas de ação, fundados no diálogo, na ecologia, na ecopedagogia, na ética, estética, sensível, científica, criativa, crítica e transformadora. Projetar como pensar o futuro a partir do conhecimento profundo da realidade, das demandas sociais, da “Felicidade Interna Bruta” (FIB), dos valores humanos e da educação em direitos humanos. Planejar com base na Leitura do Mundo.

Estes eixos devem ser a referência central para a Reorientação Curricular à qual nos referimos, da Educação Infantil ao Ensino Médio, passado pela Educação de Jovens e Adultos, pela Formação Profissional, Tecnológica, Artística e, certamente, científica.

Em diálogo com o que já temos estudado na escola, com o currículo que ela já pratica, e com a participação ativa e processual de todos os segmentos escolares, organiza-se todo um trabalho de reorientação curricular com base nos seguintes princípios, valores e orientações práticas, que serão levados em conta quando da definição do currículo da escola (o que estamos vivenciando na vida cotidiana da escola, o currículo “instituinte”), também a partir do currículo escolar (as normas, as determinações e o que já está instituído na e para a escola – suas normas, seus costumes, práticas, projetos exitosos, projetos não exitosos, outras experiências – ou seja, o currículo “instituído”).

Como entendemos, **é aí, ou aqui, que entra a BNCC**, como uma norma, ou uma determinação, que deve ser considerada, estudada e analisada criticamente, mas com o cuidado para que não apenas as inúmeras “competências e habilidades” nela previstas, condicionem o currículo da escola, mas também suas metodologias de ensino que devem ser ativas e significativas, nem tampouco as avaliações a serem implementadas e praticadas na escola.

Uma reorientação curricular que parta das experiências da escola, da vida das pessoas, das propostas pedagógicas de cada curso ou período, do projeto político-pedagógico ou do projeto eco-político-pedagógico que ela já tem, ou que está atualizando, tendo por referência viva a sua proposta pedagógica para cada curso ou período, e do diálogo permanente da comunidade escolar sobre o seu currículo, não terá dificuldades, num processo coletivo, desde que traçados objetivos, metas, indicadores de qualidade socioculturais e socioambientais da educação, de dialogar com a BNCC, fazendo os necessários filtros e tendo alguns cuidados para evitar cair na teia de uma Base que se construiu sem efetivamente dialogar com a base, como disse antes, e evidenciar apenas centenas de objetivos relacionados a competências e habilidades que desconsideram temas fundamentais à vida das pessoas e do próprio planeta.

## CONHECER PARA TRANSFORMAR

Não é possível transformar sem conhecer, nem planejar sem “ler o mundo”, o que dá na mesma. Portanto, diante do necessário desafio de analisarmos a BNCC e, no processo de elaboração do Projeto Eco-Político-Pedagógico da Escola, de todas as suas etapas, até a definição de um Plano de Ação com objetivos, metas, indicadores de qualidade sociocultural e socioambiental da educação e de uma avaliação dialógica, continuada, formativa e ascendente, fará parte de todo processo de reorientação curricular, um conhecer profundo e processual da BNCC. Até por isso, importante é realizarmos, a partir do movimento e dos princípios e práticas acima sugeridos, as críticas já existentes à atual Base Nacional Comum Curricular. Diálogos coletivos, críticos, participativos, com os(as) docentes, com os vários segmentos escolares, com as coordenações das Secretarias de Educação Municipais e Estaduais para que, a partir daí, possamos dar continuidade ao nosso movimento de Reorientação Curricular.

Até 2016 havia, na sociedade educacional brasileira, num contexto do acompanhamento das metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e da discussão de uma “Base Comum Nacional”, com a participação ativa de educadoras e educadores de todo o país, um clima de otimismo e de movimentos participativos e educadores e educadoras. Isso acontecia por conta das várias Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Educação (CONAEs), dos vários Fóruns Mundiais de Educação, dos quais participávamos ativamente, bem como do trabalho da Campanha Nacional de Educação, entre outras importantes lutas e iniciativas que visavam ao fortalecimento da educação nacional. A luta era pela defesa da Educação Cidadã.

Nós, que desde a década de 90 lutamos pela Escola Pública Popular e Escola Cidadã, sempre associada à garantia dos direitos humanos e à educação em direitos humanos, acompanhamos de perto toda esta movimentação, até que veio o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff. Após isso, forças neoconservadoras da sociedade brasileira – por razões que hoje compreendemos ainda mais, inclusive pelos métodos utilizados – que acompanhamos hoje pela imprensa alternativa nacional e internacional -, que colocaram e seguem colocando em risco o Estado Democrático de Direitos, o Governo Temer assumiu a coordenação do que veio a se chamar, posteriormente, de “Base Nacional Comum Curricular”. Esta normatização resultou de consultas e diálogos sobre a Base Comum Nacional interrompidos, substituídos por consultas apressadas para aprovar, a toque de caixa, antes do fim daquela gestão Temer, a BNCC.

Como sabemos, pela recentíssima história, a concepção de educação e de currículo, que antes visava à formação cidadã e ao exercício da autonomia, pelas crianças, jovens, adultos e idosos, que afirmava a educação humanista, crítica, política e transformadora, respeitosa às diferenças e à diversidade cultural, passou a ser negada, desconsiderando os saberes locais e a fortalecendo uma visão conservadora, tecnicista, além do mais grave ainda: uma avaliação padronizada e única para todo o país, alimentando a indústria do livro didático, dos sistemas de

ensino, do apostilamento desenfreado que tira dos(as) professores(as) as suas autonomias pedagógicas.

Trata-se da busca infindável de lucros com a educação, mas não apenas isso. A nova BNCC, não tenhamos dúvidas, fortalece os interesses das fundações e empresas privadas, a mercantilização da educação (a *“mercoescola”*) para acabar de vez com a educação e com a escola pública, ao condicionar recursos para elas, submetidas a um financiamento fruto de suas avaliações hierarquizantes, padronizadas e meritocráticas, que alimentarão ainda mais a indústria do livro didático no país, com sempre aconteceu, mas sucateando ainda mais a educação pública e tornando a escola pública ainda mais vulnerável. Trata-se de um verdadeiro massacre da Educação pública no Brasil.

Leia-se: quando falo “sucatear a educação pública” estou afirmando que tudo na vida cotidiana da escola, que pode ganhar as redes de ensino do país. Todos são prejudicados: o cerceamento do trabalho docente e o fim dos direitos trabalhistas, com o respectivo sucateamento salarial, a falta de formação continuada para os diversos trabalhadores em educação, a falta de recursos públicos para materiais, despesas de custeio, para equipamentos, para a informatização das escolas, impedindo que as unidades educacionais tenham acesso às tecnologias da comunicação e da informação, como já acontece nas escolas privadas do país. Como nunca se dá e se dará o enfraquecimento da escola pública.

Não é demais lembrar da que o então Presidente Interino, Michel Temer, conseguiu que o Congresso Nacional – o mais conservador de todos os tempos no Brasil – aprovasse, a “PEC da Morte”, ou seja, a PEC 241/2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos, atingindo sobretudo a educação, a saúde e a cultura, para que sobrassem recursos para pagamento da dívida pública do governo federal, que consome quase 50% do orçamento do país – e sabemos que maioria desta dívida com os grandes brancos privados. Claro que esta é uma tendência deste capitalismo não democrático que é comandado pelas grandes corporações internacionais. Nesse sentido, vale ler “A era do capital improdutivo - A nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta”, do professor Ladislau Dowbor. (São Paulo, Autonomia Literária, 2017). Vide também o ótimo site deste autor: [www.dowbor.org](http://www.dowbor.org). PDF gratuito do livro em: [http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/a\\_era\\_do\\_capital\\_improdutivo\\_2\\_impress%C3%A3oV2.pdf](http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/a_era_do_capital_improdutivo_2_impress%C3%A3oV2.pdf)

Evidentemente que não estou falando apenas de uma responsabilidade da BNCC, mas de uma política nacional de educação, submetida à lógica neoconservadora que hoje domina o mundo, que, por sua vez, bebe na fonte do ideário neoliberal contemporâneo, que está acabando, no Brasil e em quase todo o planeta, com o próprio capitalismo democrático. Vivemos novos tempos, muito complexos, bastante difíceis, que nos exigem coragem, sabedoria, paciência-impaciente, resistência, trabalho e, sobretudo, esperança sem espera. Sem esperança não avançaremos. E, diante do medo, que é um sentimento natural e concreto, que temos, cabe afirmar e lutar com ousadia, como escreveu Paulo Freire – a que eu acrescento: com muita criatividade, visando à vida pacífica, que só pode ser afirmada pela

justiça social e pela dignidade humana.

Para fundamentar os argumentos acima, relacionados à BNCC, é importante resgatar a apresentação da publicação intitulada “A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas (Refica, ANPAE, 2018, pg. 7), organizada por Márcia Angela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico: <http://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>], além de outros documentos críticos à BNCC, que podem ser acessados facilmente pela internet. Aproveito para indicar também o ótimo livro intitulado “Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas” (de Carlos Roberto Jamil Cury, Magali Reis, Teodoro Adriano Costa Zannardi. - São Paulo, Cortez, 2018). Nas linhas finais deste livro, os autores afirmam:

*A dúvida, a incerteza e a pergunta não têm encontrado no ambiente escolar o espaço e o tempo para o seu desenvolvimento. A compreensão de que o currículo é um produto que possibilita resultados quantificáveis e padronizados implica em um reducionismo do processo educativo enquanto humanizador. A lógica do capital é a lógica da certeza da meritocracia. Por isso, a escola precisa inverter essa lógica para que sejam demonstradas suas consequências e suas promessas que nunca se realizam. Desvelar a BNCC se constitui em obrigação dos educadores para compreensão dos projetos que se colocam em disputa na sociedade e no interior da escola. O currículo nacional, apesar não ser natimorto, é moribundo, pois se insere na escolarização a partir da visão excludente e desigual e não tem a vocação transformadora que somente o diálogo problematizador na relação entre sujeitos poderia proporcionar (Cury, Reis & Nannardi, 2018, p. 130).*

Quando falamos na realização de um processo de Reorientação Curricular nas escolas, na perspectiva emancipatória, com ações participativas, democráticas, planejadas, com condições de tempo, de recurso, de estrutura e de formação interna processual para todos os segmentos escolares participarem e realizar, efetivamente, a atualização de sua proposta curricular – incorporando inclusive as referências da BNCC, vamos na direção acima descrita pelos citados autores. Isso nos faz visualizar possibilidades, apontar novos caminhos e direções, para além do caminho cinzento dessa Base, que tem uma só direção: a do retrocesso curricular, em desacordo com as teorias de currículo que temos estudado e praticado no Brasil e no mundo. Esta é a hora do “inédito viável diante da situação-limite”, da “impaciência impaciente”, da “justa ira”, da “esperança sem espera”, da “do-discência”, do “anúncio seguido do anúncio” e da ação transformadora que nasce da educação popular em diálogo com os direitos humanos, com consciência crítica e com a consciência epistemológica, tão bem definidos e defendidos por Paulo Freire em toda a sua práxis. Esta é a hora de praticarmos a Educação Intertranscultural e o Currículo Intertransdisciplinar, dos quais tanto falamos há vários anos (Padilha, 2004; 2007/ 2010/ 2012). E é o momento de nos abraçarmos, darmos as mãos, de ninguém soltar a mão de ninguém, na luta e resistência pela educação como prática

da liberdade, contra um currículo fragmentado, que desfigurará a identidade da educação brasileira, que se encontrava no caminho da superação de seus limites, do respeito, da convivência e valorização de todas as diversidades. E, nesse sentido, falamos não apenas na perspectiva da educação no Brasil, mas também de uma Educação para a Cidadania Planetária (Padilha et ali, 2011).

Não podemos permitir a privatização e a mercantilização da educação nacional, via BNCC. Com efeito, essa Base tem sido o carro-chefe das políticas educacionais desenhadas pelo Ministério da Educação, especialmente após o impeachment da Presidenta eleita Dilma Rousseff. Impacta de forma direta as políticas direcionadas aos currículos escolares, à formação dos profissionais de educação, bem como os processos avaliativos nas escolas e sistemas de ensino. Ao secundarizar a articulação federativa, a institucionalização do Sistema Nacional de Educação e **dada à concepção restrita de educação e currículo**, centrada nas competências e habilidades, que estruturam a BNCC, direcionada para a educação infantil e ensino fundamental, se contrapõe a uma concepção crítica de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e, neste contexto, evidentemente, o Plano Nacional de Educação 2014-2024 vem sendo deixado de lado.

Para concluir esta breve reflexão, e para tentar **colaborar com os cuidados necessários em relação ao diálogo a ser feito entre as nossas experiências curriculares prévias**, a reorientação curricular que estamos pretendendo fazer, e considerar a BNCC que é tão recente, podemos ter como referência, entre tantas outras críticas possíveis, uma análise bastante contundente que foi feita pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação-ANPED, em 2015, durante o processo de discussão da BNCC que começou em 2013 e foi perdendo espaço e força no país. A maioria destas questões não foram resolvidas e, portanto, a BNCC foi lançada apressadamente em fins de 2017, sem resolver estes problemas – muitos, que se referem à própria Concepção de Educação, de Aprendizagem, de Currículo e de Avaliação. Daí eu aproveitar este texto para que as escolas do país possam ter algumas referências iniciais, antes de elaborar o seu currículo com base na base. Certamente, estas não são as únicas nem as últimas críticas à BNCC, mas é um documento importante, necessário, para que a escola conheça e possa ter uma compreensão crítica pelos vários segmentos escolares. Você encontra este documento na íntegra, na internet, pelo seguinte endereço: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/resources/Of\\_cio\\_01\\_2015\\_CNE\\_BNCC.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/resources/Of_cio_01_2015_CNE_BNCC.pdf)/Acesso em 30/07/2019.

Este documento da ANPED, produzido pelo Grupo de Trabalho 12: Currículo, e com o apoio da ABdC/Associação Brasileira de Currículo”, que se manifestou em 2015, junto ao MEC/SEB, contrariamente ao documento orientador de políticas para Educação Básica, afirmou inicialmente o seguinte:

Nossa posição é sustentada no entendimento de que a desejável diversidade, fundamental ao projeto de nação democrática expresso na Constituição Brasileira e que se reflete na LDB/1996, não é reconhecida na proposta da BNCC, na medida em que nesta está subentendida a hegemonia de uma única forma de ver os estudantes, seus conhecimentos e aprendizagens, bem como as escolas, o trabalho

dos professores, os currículos e as avaliações, imprópria à escola pública universal, gratuita, laica e de qualidade para todos. (..) Entendemos que o documento Base Nacional Comum Curricular apresenta, naquilo que Ítalo Dutra, Diretor de Currículos e Educação Integral da SEB/MEC, denomina “estrutura do documento e de seus fundamentos”, uma descaracterização do estudante em sua condição de diferença, bem como da desumanização do trabalho docente em sua condição criativa e desconsideração da complexidade da vida na escola. A conversão do direito a aprender dos estudantes numa lista de objetivos conteudistas e atitudinais a serem aprendidos, retira deste direito seu caráter social, democrático e humano. Apesar das constantes críticas dos especialistas da área, constatamos que, ao longo destes últimos dois (2) anos, progressivamente, o MEC foi silenciando sobre os debates, avanços e políticas no sentido de democratização e valorização da diversidade, cedendo voz ao projeto unificador e mercadológico na direção que apontam as tendências internacionais de uniformização/centralização curricular + testagem larga escala + responsabilização de professores e gestores traduzido na BNCC e suas complementares e hierarquizantes avaliações padronizadas externas.

Como já viemos verificando em estudos e debates nacionais e internacionais, essa tríade orientada para os valores do mercado tem gerado, conseqüentemente, a desvalorização e privatização dos sistemas públicos de ensino e seus atores em diversas dimensões. (idem link indicado acima).

E depois disso, apresentou 9 motivos que colocam em evidência os vários problemas da BNCC, que podem ser localizados na internet (nota de rodapé 3), e versam sobre os seguintes aspectos: 1. Diversidade *versus* Uniformização; 2. Nacional como homogêneo: um perigo para a democracia; 3. Os entendimentos do Direito à Aprendizagem; 3. Conteúdo não é base; 5. O que não se diz de experiências internacionais; 6. Gestão democrática *versus* Responsabilização; 7. A Base e a avaliação (contribuição do Prof. Luiz Carlos de Freitas); 8. Desqualificação do trabalho docente: unificação curricular e avaliação externa; e, 9. Metodologia da Construção: pressa, indicação e indefinição.

Estas são apenas algumas críticas, dentre as tantas, feitas, por exemplo, pelos próprios membros do Conselho Nacional de Educação que aprovaram a BNCC e por três membros que reprovaram o documento e a proposta. Portanto, estamos de uma BNCC que não foi consenso nem no Conselho Nacional de Educação da Época e que foi muitíssimo bem criticada pelos votantes.

Para concluir esta breve reflexão sobre a BNCC, e ao mesmo tempo incentivar processos de reorientação curricular pelas escolas, mas que incluam os docentes e representações dos diversos segmentos escolares na sua definição, numa perspectiva intertranscultural (PADILHA, Paulo Roberto. Currículo Intertranscultural: novos itinerários para a educação. São Paulo, Cortez, 2004)., apresento e finalizo indicando alguns princípios e valores, orientações gerais e práticas que podem ser levados em conta na construção do currículo da escola, que eu chamo de “Currículo Intertranscultural (idem), e com a própria análise crítica e interpretação da BNCC:

Eis alguns princípios e valores, orientações gerais e práticas que podem ser levados em conta na construção de um currículo intertranscultural, como resultado de todo o processo precedente de discussão do projeto, da proposta pedagógica,



dos planos de ação, em diálogo com o currículo que se tem e com o currículo que escola quer ter:

- Englobar, no conceito de currículo, todas as ações e relações desenvolvidas na escola, incluindo a sua organização democrática dinâmica, direta, participativa e representativa e aberta à comunidade escolar.
- Tornar a escola significativa e alegre para a vida dos educandos e de todas as pessoas que nela convivem.
- Valorizar a escola como espaço de construção individual e coletiva da ação pedagógica e das trocas intertransculturais.
- Visar à formação permanente de todas as pessoas que participam e atuam direta ou indiretamente na escola, para o exercício da cidadania planetária.
- Assumir uma postura dialógico-dialética e complexa diante da realidade, abrindo-se para toda manifestação de sensibilidade, expressividade, espiritualidade, do sentimento e do conhecimento humanos.
- Questionar todo e qualquer discurso, informação, conhecimento e processo de ensino – e – aprendizagem que se autodenomine neutro ou que se apresente numa perspectiva homogeneizadora.
- Valorizar o intercâmbio e o diálogo entre os grupos culturais e seu mútuo enriquecimento, questionar e buscar a superação de qualquer manifestação que pretenda, sob qualquer alegação, naturalizar o predomínio de uma cultura sobre a outra.
- Trabalhar o conhecimento na escola com base nas relações e nas trocas intertransculturais e valorizar os Círculos de Cultura como espaços privilegiados para as mesmas.
- Promover a superação de toda e qualquer lógica binária e analisar a multidimensionalidade do ser humano.
- Criar novos contextos educativos para a integração criativa, cooperativa, solidária, emancipadora e humanizadora entre os diferentes sujeitos, grupos de pessoas e comunidades.
- Posicionar-se frontalmente contra qualquer tipo de manifestação preconceituosa, etnocêntrica, violenta, que promova a desigualdade e a exclusão social.
- Superar o modelo de controle da exclusão social por um Estado que “pilota” as políticas sociais como “tutelador” e não como gestor, alterando as formas de relação entre Estado educador e educação escolar.
- Trabalhar os processos de reconstrução do conhecimento sempre visando à justiça social e à humanização da educação, estimulando a aprendizagem como forma de intercâmbio e partilha.
- Respeitar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os princípios da Carta da Terra, bem como todos aqueles já consagrados nas cartas e nos documentos surgidos nas amplas discussões nacionais e internacionais, como demanda dos povos.
- Sigamos dialogando sobre este artigo e sobre as temáticas nele tratadas. Sigamos juntos.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Márcia Angela da S. E DOURADO, Luiz Fernandes. (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas** (Revista, ANPAE, 2018, pg. 7), [Livro Eletrônico: <http://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>].
- BRASIL, MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC, 2018.
- BRASIL, MEC. **Constituição Federativa do Brasil**. 1988. Brasília: MEC, 1989.
- BRASIL, MEC. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** Lei n. 13.005, de 2014. Brasília, Presidência da República, 2016.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 1996. Brasília, Senado, 1996.
- CALEGGARI, Cesa. In: SIQUEIRA, Ivan Cláudio Pereira. (Org.). **BNCC: educação infantil e ensino fundamental**. São Paulo: Fundação Santilhana, 2019.
- CURY, Carlos Roberto Jamil; REIS, Magali & ZANNARDI, Teodoro Adriano Costa. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.
- Custo Aluno - **Qualidade Inicial (CAQi) e o Custo Aluno-Qualidade (CAQ)** – vide: <http://www.custoalunoqualidade.org.br/o-que-e-caqi-e-o-caq>.
- DEMO, Pedro. **LDB 9394/96 – Ranços e Avanços**. São Paulo, Papirus, 23a ed., 1997.
- DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo - A nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta**, (São Paulo, Autonomia Literária, 2017). Disponível no site: [www.dowbor.org](http://www.dowbor.org). PDF.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 28 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- PADILHA, Paulo Roberto Padilha. **Currículo Intertranscultural. Novos itinerários para a educação**. São Paulo, Cortez/IPF 2004. PDF disponível no site <https://www.professorpadilha.com>.
- PADILHA, Paulo Roberto Padilha. **Educar em todos os cantos: por uma educação intertranscultural**. São Paulo, Cortez/IPF, 2007; Ed,L, 2012.
- PADILHA, Paulo Roberto; FAVARÃO, Maria José; MORRIS, Eric & MARINE, Luiz (Orgs.). **Educação para a cidadania planetária: currículo intertransdisciplinar em Osasco**. São Paulo, Ed,L, 2011.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- Outros sites e links indicados:  
<http://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>  
[http://www.anped.org.br/sites/default/files/resources/Of\\_cio\\_01\\_2015\\_CNE\\_BNCC.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/resources/Of_cio_01_2015_CNE_BNCC.pdf)/Acesso em 30/07/2019.

**Paulo Roberto Padilha** é doutor e mestre em Educação pela FE-USP, Pedagogo, Bacharel em Ciências Contábeis e Músico. Está diretor pedagógico e coordenador geral da EaD Freiriana do Instituto Paulo Freire e diretor executivo e pedagógico das instituições “Sociedade da Terra” e “Peixe Voa Educação, Arte e Comunicação”. Autor de vários livros, entre eles, *Planejamento dialógico* (2001; 2017), *‘Currículo Intertranscultural* (2004) e *“Educar em Todos os Cantos”* (2007;2012). É palestrante, pesquisador na área do currículo e do planejamento, músico e compositor musical. Site: <http://www.professorpadilha.com> - Contatos: [paulo.padilha@paulofreire.org](mailto:paulo.padilha@paulofreire.org) ou [contato@peixevoa.com.br](mailto:contato@peixevoa.com.br)